

Estado de São Paulo está com os limites de endividamento esgotados

por **Ângela Bittencourt**
de São Paulo

A dívida mobiliária do Estado de São Paulo, embora esteja muito abaixo da média nacional de endividamento em títulos, está impossibilitada de crescer sem que a Secretaria da Fazenda do Estado solicite emissões especiais ao Banco Central. A dívida de São Paulo em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista (ORTP) perfaz 22% da receita tributária do estado, enquanto a média nacional, excluindo-se São Paulo, é de 36,8%.

Para se agrupar junto à média nacional, o Estado de São Paulo deveria emitir 89 milhões de ORTP. Reconhecendo que um ajuste desse tamanho não pode ser feito instantaneamente, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo decidiu solicitar ao BC a emissão de um volume menor, de 56 milhões de papéis, que, se aprovada, deverá entrar no mercado durante este ano e início de 1986.

Embora o estado esteja muito defasado em relação ao endividamento em títulos de outros estados, devido a uma restrição colocada a nível de procedimento de cálculo do endividamento dos estados — e que se estende também aos municípios — procedente das Resoluções 62 e 93 do Senado Federal (datadas de 1975 e 1976), o Estado de São Paulo está com todos os limites de endividamento esgotados.

CORREÇÃO

Isto ocorre, na medida em que as duas resoluções que limitam o endividamento não estão considerando, na prática, a correção mensal da receita do estado a partir da realização dessa receita. Por outro lado, o endividamento vem recebendo esta correção mensal, gerando um achatamento expressivo nos limites de endividamento dos estados e municípios.

Marcos Fonseca, secretário da Fazenda de São Paulo observa, que em decorrência desse procedimento de cálculo — que não

corrige mensalmente a receita, como ocorre com a despesa —, São Paulo e outros estados estão registrando uma crescimento de limite de endividamento muito menor que o próprio crescimento da dívida.

O procedimento adotado desde 1975 de não corrigir mensalmente as receitas a partir do momento em que elas são realizadas não acarretou problemas aos estados ao longo dos anos, na medida em que o índice de inflação naqueles anos era relativamente pequeno, explica Fonseca. No entanto, com a inflação crescente dos últimos anos a perda da possibilidade de endividamento tornou-se uma questão grave.

Por conta da falta de correção mês a mês da receita, todos os estados e municípios tiveram seus limites de endividamento encurtados em 63% no ano de 1984. São Paulo, especificamente, está sem limite desde outubro do ano passado.

EMIÇÃO

Exatamente por não contar com este limite, o Estado de São Paulo está com dois pedidos de emissão de títulos em andamento: aguarda permissão do Senado para emitir 20 milhões basicamente para atender a necessidade de rolagem de ORTP. E mais 12 milhões de títulos a serem emitidos com a finalidade de ajustar rolagens insuficientes feitas no passado.

Atualmente a dívida mobiliária do estado soma 126 milhões de ORTP, o que corresponde a cerca de Cr\$ 4,9 trilhões. O pedido que tramita pelo Senado, de emissão de 20 milhões, fará frente ao resgate de Cr\$ 700 bilhões previsto para este mês de junho, segundo o secretário da Fazenda.

A expectativa de Marcos Fonseca é de que o Banco Central consulte o Senado sobre o procedimento que vem sendo adotado há praticamente dez anos, enquanto o Senado poderá explicitar na própria legislação em vigor o que entende por correção monetária mensal da receita dos estados e municípios.